



**SIMULADO
FINAL**

Polícia Federal

Perito Criminal

Área 21: Antropologia Forense

Simulado

Simulado Final Polícia Federal (Perito Criminal - Antropologia Forense)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Polícia Federal**, cargo de **Perito Criminal - Antropologia Forense**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QiNXUHM7iiuaKGK99>

| | | | | | | | |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|
| 01 - CE | 16 - CE | 31 - CE | 46 - CE | 61 - CE | 76 - CE | 91 - CE | 106 - CE |
| 02 - CE | 17 - CE | 32 - CE | 47 - CE | 62 - CE | 77 - CE | 92 - CE | 107 - CE |
| 03 - CE | 18 - CE | 33 - CE | 48 - CE | 63 - CE | 78 - CE | 93 - CE | 108 - CE |
| 04 - CE | 19 - CE | 34 - CE | 49 - CE | 64 - CE | 79 - CE | 94 - CE | 109 - CE |
| 05 - CE | 20 - CE | 35 - CE | 50 - CE | 65 - CE | 80 - CE | 95 - CE | 110 - CE |
| 06 - CE | 21 - CE | 36 - CE | 51 - CE | 66 - CE | 81 - CE | 96 - CE | 111 - CE |
| 07 - CE | 22 - CE | 37 - CE | 52 - CE | 67 - CE | 82 - CE | 97 - CE | 112 - CE |
| 08 - CE | 23 - CE | 38 - CE | 53 - CE | 68 - CE | 83 - CE | 98 - CE | 113 - CE |
| 09 - CE | 24 - CE | 39 - CE | 54 - CE | 69 - CE | 84 - CE | 99 - CE | 114 - CE |
| 10 - CE | 25 - CE | 40 - CE | 55 - CE | 70 - CE | 85 - CE | 100 - CE | 115 - CE |
| 11 - CE | 26 - CE | 41 - CE | 56 - CE | 71 - CE | 86 - CE | 101 - CE | 116 - CE |
| 12 - CE | 27 - CE | 42 - CE | 57 - CE | 72 - CE | 87 - CE | 102 - CE | 117 - CE |
| 13 - CE | 28 - CE | 43 - CE | 58 - CE | 73 - CE | 88 - CE | 103 - CE | 118 - CE |
| 14 - CE | 29 - CE | 44 - CE | 59 - CE | 74 - CE | 89 - CE | 104 - CE | 119 - CE |
| 15 - CE | 30 - CE | 45 - CE | 60 - CE | 75 - CE | 90 - CE | 105 - CE | 120 - CE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ycdn>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Neste momento, parece indiscutível que a corrupção é um dos piores danos que podem ser causados às sociedades democráticas. O uso indevido da autoridade, dos direitos e das oportunidades concedidas pelo exercício do poder é contra a lei e os princípios morais. Mas a realidade é que isso acontece repetidamente.

Quando (e como) esse impulso amoral nasce no cérebro? Será que somos seres com uma tendência inata à corrupção? Vamos antecipar a resposta evitando o fatalismo: a corrupção não é uma doença e, certamente, não é inevitável.

A neurociência começou a explorar como o poder político e o contexto institucional influenciam a atividade cerebral associada a decisões corruptas ou imorais. Em um cérebro saudável, a tentação de adotar um comportamento corrupto deveria criar um conflito entre o dever e a ação. Assim, os estímulos que incentivam comportamentos corruptos — como obter benefícios pessoais abusando de uma situação vantajosa — seriam combatidos por fatores dissuasores, como o medo de uma possível punição.

Há dados que indicam que "cair em tentação" ou sucumbir à corrupção requer a intervenção de vários sistemas cerebrais. Os circuitos que regulam a recompensa, o autocontrole e a avaliação moral do comportamento pessoal são os mais afetados. Entre eles, destacam-se os circuitos que recompensam um determinado comportamento, e nos motivam a repeti-lo. Essas são áreas que liberam neurotransmissores no cérebro em resposta à obtenção de dinheiro ou status. Como resultado, cada vez que uma ação corrupta (por exemplo, um suborno) é bem-sucedida, a conexão entre os neurônios que incentivam a repetição do comportamento é fortalecida. E isso rompe o equilíbrio entre impulso e controle no cérebro que sucumbe à corrupção. De certa forma, a satisfação com o sucesso obtido vai bloquear os mecanismos de avaliação da ética das ações.

Especificamente, há estruturas responsáveis pelo planejamento de longo prazo e pela inibição de impulsos,

cujo funcionamento adequado deve nos ajudar a resistir à recompensa tentadora e apostar em outros benefícios futuros, como construir uma boa reputação ou garantir uma longa carreira política. Entretanto, a ativação dos circuitos de recompensa imediata bloqueia essas vias.

Além disso, o cérebro é adepto do ditado "quando em Roma, faça como os romanos", o que pode ser devastador na luta contra a corrupção. A razão é que nosso comportamento social foi selecionado, ao longo de milhões de anos de evolução, para nos encaixarmos em um grupo, adotar suas normas e, assim, obter sua aprovação. Sair disso exige muita força emocional, criatividade e, muitas vezes, pagar o preço da solidão.

Portanto, se condutas "duvidosas" são adotadas em nosso entorno, existe o perigo de que o cérebro as adote como suas. Como o experimento de Solomon Asch mostrou anos atrás, a pressão social influencia o julgamento individual, mesmo quando a resposta correta é óbvia. Então, em ambientes que normalizam a corrupção, a pressão do meio ativa as áreas do cérebro social, aumentando a motivação para emular o comportamento do grupo, mesmo que contradiga os princípios éticos individuais. Se a exposição a práticas corruptas for perpetuada ao longo do tempo, sofreremos dessensibilização: a repetição atenua a resposta das áreas nervosas responsáveis pela identificação do perigo e silencia o sinal de "alerta moral" no nosso cérebro.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdvw2rdnzo>

1. De acordo com o texto, a corrupção é uma característica inerente do ser humano e, portanto, não pode ser evitada totalmente, apenas controlada.
2. Conclui-se que, em condições cerebrais saudáveis, a tentação de adotar comportamentos corruptos vai de encontro a com fatores éticos e inibitórios.
3. Infere-se do 4º parágrafo que a repetição de comportamentos corruptos reforça circuitos cerebrais relacionados à recompensa e enfraquece o controle ético.

4. De acordo com o texto, o cérebro humano, por razões evolutivas, tende a adotar os comportamentos predominantes no grupo, mesmo que eles contrariem valores éticos pessoais.
5. Infere-se do último parágrafo que a exposição contínua à corrupção pode neutralizar o senso moral do indivíduo.
6. O tempo verbal empregado em "sofremos", "atenua" e "silencia" expressa que esses processos verbais ocorrem pontualmente.
7. Por sua natureza técnica e informativa, o texto apresenta predominantemente a tipologia expositiva.
8. O uso das formas "sofremos" e "nosso", no último período do texto, indica que o autor inclui a si e ao leitor no escopo de suas afirmações.

INFORMÁTICA

Renato Da Costa

9. Uma nuvem híbrida é formada exclusivamente pela combinação de uma nuvem pública com uma nuvem comunitária, permitindo o uso compartilhado de dados entre diferentes organizações.
10. Um worm é um tipo de vírus que precisa se anexar a arquivos hospedeiros para se propagar e causar danos ao sistema.
11. O Windows 11 possui recursos de acessibilidade nativos, como o Narrador, que é um leitor de tela integrado ao sistema operacional, projetado para auxiliar pessoas com deficiência visual.

12. A chave estrangeira em uma tabela relacional deve sempre ser uma chave primária da própria tabela, garantindo a unicidade dos registros e o relacionamento com outras tabelas.
13. O protocolo IPv6 foi desenvolvido para substituir o IPv4, oferecendo um espaço de endereçamento significativamente maior, com endereços de 128 bits representados em notação hexadecimal.
14. No Microsoft Excel, o recurso de validação de dados pode ser utilizado para restringir as entradas em uma célula, permitindo, por exemplo, que apenas valores numéricos dentro de um intervalo específico sejam aceitos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

O Departamento de Polícia Federal recebeu denúncia anônima, relatando que um de seus servidores utilizava bens públicos para fins particulares de forma recorrente. Por esse motivo, foi instaurado processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos.

15. A eventual aplicação de sanções ao referido servidor tem como fundamento o poder disciplinar, que permite à administração pública aplicar penalidades aos seus agentes pela prática de infrações funcionais.
 16. A denúncia anônima não pode ser o único fundamento para abertura do processo disciplinar, sendo imprescindível que haja investigação ou sindicância prévia para averiguar a veracidade dos fatos relatados.
-

Acerca da organização administrativa e das licitações públicas, julgue os itens a seguir.

17. A desconcentração é técnica administrativa que consiste na distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, com base em uma estrutura hierarquizada e em relações de subordinação, podendo ocorrer tanto na administração direta quanto na indireta.

18. Se a Polícia Federal precisar adquirir um formulário, de alto valor, impresso em papel especial para utilização em perícias especializadas, mas houver a comprovação de que somente uma empresa produz esse material, a contratação poderá ocorrer mediante contratação direta, por dispensa de licitação.

Durante uma operação policial, os agentes policiais precisaram reagir a uma emboscada realizada por indivíduos de uma organização criminosa. Houve intensa troca de tiros. O evento foi amplamente noticiado pelos profissionais de imprensa que compareceram ao local. Após o embate, constatou-se que um cidadão que residia na região foi atingido por disparos de arma de fogo. A perícia, entretanto, foi inconclusiva quanto à origem dos disparos, não indicando se o tiro foi realizado por um policial ou por um dos indivíduos da organização criminosa. A família do cidadão atingido ingressou com ação de responsabilidade civil em face do Estado.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir sobre a responsabilidade civil do Estado.

19. A perícia inconclusiva afasta a responsabilidade civil do Estado, uma vez que não é possível identificar a conduta estatal, que é elemento indispensável para aplicação da teoria do risco administrativo.

20. Se um jornalista for atingido por um policial durante a operação, o Estado será responsável civilmente pelos danos, admitindo-se a aplicação

de excludente de responsabilidade civil se restar comprovado que o profissional de imprensa descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas em que havia grave risco a sua integridade física.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. A liberdade de expressão não pode ser usada para a prática de atividades ilícitas ou para a prática de discursos de ódio, contra a democracia ou contra as instituições.

22. O direito de petição é um remédio constitucional de natureza administrativa, independe do pagamento de taxas e deve ser exercido para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

23. A inelegibilidade reflexa não impede que cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ocupem, concomitantemente e na mesma unidade da Federação, os cargos de chefe do Poder Executivo e de presidente da Casa Legislativa.

24. O Presidente da república na vigência do seu mandato não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções, trata-se da chamada “imunidade penal relativa”. Tal prerrogativa é assegurada ao Presidente pela sua condição de Chefe de Governo.

25. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, em qualquer caso a remoção depende de autorização do Congresso Nacional.

26. A atividade de investigação criminal é exclusiva das polícias judiciárias, sendo vedado a outros órgãos o exercício de competências investigativas.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 27 a 29

Guilherme obteve beneficiário previdenciário de aposentadoria por invalidez mediante fraude, ao dolosamente apresentar perante o INSS documentação indicando períodos de contribuição previdenciária inexistente. Após apuração administrativa pelo órgão, foi identificada a fraude, tendo sido apurado que Guilherme causou um prejuízo de R\$ 150.000,00 aos cofres públicos. Em razão disso, a Polícia Federal instaurou inquérito policial para apurar o fato.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

27. Assertiva: Guilherme praticou o crime de apropriação indébita previdenciária.
28. Assertiva: a reparação integral do dano, por ato voluntário do agente, antes do recebimento da denúncia, configurará arrependimento posterior, gerando redução da pena de um terço à metade.
29. Assertiva: ainda que a autoridade policial conclua que o crime praticado por Guilherme está prescrito, não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.
30. Acerca da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:
- A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente pelos agentes policiais que primeiro tiveram contato com o vestígio, após o isolamento do local.

31. Acerca da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Eventual quebra da cadeia de custódia conduzirá necessariamente à imprestabilidade da prova.

32. Acerca do exame de corpo de delito e da cadeia de custódia, julgue o item seguinte:

Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, não podendo ser suprido pela a confissão do acusado, não ficando o juiz adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

Alexandre Herculano

33. Julgue o item abaixo levando em consideração as principais doutrinas sobre Criminalística:

No exame de local de crime, a preservação da cadeia de custódia é fundamental para garantir a validade probatória dos vestígios coletados, devendo ser documentada desde a coleta até o descarte final do material, incluindo todas as transferências de responsabilidade entre os profissionais envolvidos no processo pericial.

34. Julgue o item abaixo levando em consideração as principais doutrinas sobre Criminalística:

Os avanços tecnológicos em Ciências Forenses têm permitido a análise de DNA degradado através de técnicas como STR de nova geração e análise de DNA mitocondrial, sendo que as perspectivas futuras incluem o desenvolvimento de técnicas de fenotipagem molecular capazes de determinar características físicas do indivíduo a partir de amostras biológicas.

35. Julgue o item abaixo levando em consideração as principais doutrinas sobre Criminalística:

A rastreabilidade de metais preciosos em investigações criminais pode ser estabelecida através da análise de impurezas características e padrões isotópicos, permitindo determinar a origem geográfica do material, sendo aplicável a ouro, prata e platina, uma vez que todos esses metais mantêm assinaturas isotópicas características de sua origem geológica.

36. Julgue o item abaixo levando em consideração as principais doutrinas sobre Criminalística:

A análise de isótopos estáveis como ferramenta forense permite determinar a origem geográfica de diversos materiais, incluindo drogas ilícitas, explosivos e produtos alimentícios, sendo que a técnica de espectrometria de massa de razão isotópica (IRMS) é considerada o método padrão-ouro para essas análises, apresentando resultados conclusivos em 100% dos casos analisados.

37. Julgue o item abaixo levando em consideração as principais doutrinas sobre Criminalística:

O Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) e o Sistema Nacional de Informações Balísticas (SINAB) constituem ferramentas fundamentais para a investigação criminal no Brasil, permitindo o cruzamento automatizado de dados e contribuindo significativamente para a elucidação de crimes através da comparação de perfis genéticos e características balísticas entre diferentes ocorrências.

38. Julgue o item abaixo levando em consideração as principais doutrinas sobre Criminalística:

Quanto à disposição dos vestígios, os locais de crimes podem ser classificados como externo, interno ou relacionado. Sendo que no interno caso, normalmente, é onde se encontra a maior quantidade de vestígios.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

39. Julgue o próximo item, considerando a lei 13.060/2014, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.

Consideram-se instrumentos de menor potencial ofensivo aqueles projetados especificamente para, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas.

40. Julgue o item a seguir, referente ao tratamento dos direitos humanos na Constituição Federal.

A prevalência dos direitos humanos é um dos objetivos da República Federativa do Brasil

41. Considerando os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo, julgue o item a seguir.

Instabilidade política interna e situações de emergência pública podem ser invocadas para derrogar os referidos princípios básicos.

42. Acerca de aspectos relacionados a direitos humanos, julgue o item a seguir.

A teoria da margem da apreciação se baseia na ideia de que determinadas controvérsias correlatas a restrições estatais devem ser debatidas e solucionadas pelas comunidades nacionais, impedindo-se que o juiz internacional interfira e as aprecie.

43. Considerando a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, julgue o item a seguir.

A ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública poderá ser invocada como justificação para a tortura.

44. Considerando a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, julgue o item a seguir.

Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais tais como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificação para tortura.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Considere, abaixo, as afirmações

- 1) Ou JoJo é pintor, ou Bernardete não é cozinheira
- 2) Se Carlos é matemático, então JoJo não é pintor
- 3) Bernardete é cozinheira ou Ângela não é motoqueira

Diante do exposto, julgue os itens 45 E 46

45. Se as proposições compostas 1), 2) e 3) possuem, respectivamente, valorações F, F e V, pode-se concluir que a proposição “Carlos é matemático e Ângela não é motoqueira” possui valoração V

46. O número de linhas de tabela verdade formada pelas proposições compostas 1), 2) e 3) é inferior a 15

Para realizar uma operação de resgate, em duas localidades diferentes, devem ser deslocadas duas equipes, cada uma delas composta por 1 capitão, 2 sargentos e 4 soldados.

Tendo como base essas informações, julgue os itens 47, 48 E 49.

47. Se estiverem disponíveis, no momento de formação das equipes, exatamente, 2 capitães, 4 sargentos e 8 soldados, o número de maneiras distintas de se montar as duas equipes seria igual ao número de maneiras de se montar, escolhendo-

se entre esses mesmos profissionais, uma única equipe para a realização de uma busca em uma única localidade.

48. Se estiverem disponíveis, no momento de formação das equipes, exatamente, 2 capitães, 4 sargentos e 8 soldados, e escolhendo-se aleatoriamente 4 pessoas, a probabilidade de formar exatamente uma equipe segundo as regras do enunciado com essas 4 pessoas é superior a $\frac{1}{3000}$

49. Formada uma equipe e sabendo-se que a ela irá se deslocar em um carro com 7 lugares, sabe-se que somente o capitão, o sargento Marcos e o soldado João são capazes de dirigir o carro. Colocando-se a equipe aleatoriamente no carro, a probabilidade de o grupo poder se deslocar utilizando o carro é inferior a $\frac{1}{2}$

50. Um dado comum é lançado duas vezes. A probabilidade de que a soma dos resultados seja menor que 5 é igual a $\frac{1}{9}$.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 1***Juliana Sganzerla*

- 51.** A estimativa da estatura em restos esqueléticos pode ser realizada com base em regressões específicas para populações locais, mas essas equações não são universalmente aplicáveis devido à variação biológica entre grupos populacionais.
- 52.** Os canais de Havers em ossos humanos apresentam morfologia circular e distribuem-se em densidade superior a 30 por mm², permitindo diferenciação em relação aos ossos de animais.
- 53.** A observação da sínfise púbica é uma técnica frequentemente empregada para estimar a idade de adultos e apresenta boa acurácia, especialmente em indivíduos com mais de 50 anos.
- 54.** Na antropologia forense, o termo “perfil biológico” refere-se à estimativa de idade, sexo, ancestralidade e estatura de um indivíduo a partir dos restos esqueléticos.
- 55.** Os métodos morfológicos para estimativa de ancestralidade são isentos de subjetividade e considerados mais precisos do que os métodos métricos.
- 56.** A tafonomia forense estuda as alterações que ocorrem no corpo após a morte, desde os processos de decomposição até a fossilização dos restos.
- 57.** A presença de estigmas ocupacionais nos ossos permite inferir, com precisão absoluta, a profissão exercida por um indivíduo em vida.
- 58.** A epífise medial da clavícula é uma das últimas regiões do esqueleto a se ossificar e pode ser útil na estimativa da idade em jovens adultos.
- 59.** Fraturas *peri-mortem* apresentam bordas com coloração distinta do restante do osso e indicam, obrigatoriamente, um intervalo temporal longo entre o trauma e a morte.
- 60.** A estimativa do número mínimo de indivíduos (NMI) em contextos com ossos misturados deve considerar lateralidade, emparelhamento e duplicações anatômicas.
- 61.** O método de Suchey–Brooks para estimativa de idade na sínfise púbica depende da determinação prévia do sexo do indivíduo.
- 62.** As fases IV a VI do método Suchey–Brooks têm alta precisão para discriminação da idade por apresentarem intervalos etários estreitos.
- 63.** No Two-Step Procedure, se a sínfise púbica estiver nas fases I a III, não se aplica o método de Lamendin.
- 64.** A determinação da idade pela obliteração das suturas cranianas deve ser evitada, pois apresenta chance de erro superior a 25%.
- 65.** O método de Hartnett para estimativa de idade pela costela modifica a abordagem original de İşcan passando de nove para sete fases.

- 66.** A aplicação do método de Rissech no acetábulo é apta para ambos os sexos e deve ser realizada pelo software IDADE2.
- 67.** O método de Lamendin é mais eficaz na faixa etária entre 40 e 65 anos.
- 68.** A análise tafonômica do padrão de desarticulação esquelética pode indicar não apenas o intervalo *post mortem*, mas também o contexto deposicional, como enterramento primário ou secundário.
- 69.** O Número Mais Provável de Indivíduos (NMPI) representa uma estimativa do número original de indivíduos presentes na amostra, sendo considerado mais robusto que o NMI tradicional por permitir o cálculo de intervalos de confiança e ser baseado na probabilidade de reassociação entre ossos emparelhados.
- 70.** O uso do método de Hefner, para avaliação de ancestralidade, é compatível com o princípio da reprodutibilidade, apresentando baixa variabilidade interobservador.
- 71.** O modelo probabilístico DSP (Diagnose Sexuelle Probabiliste), ao integrar variáveis métricas com probabilidade bayesiana, é mais indicado para estimativas de sexo em esqueletos fragmentados do que métodos clássicos.
- 72.** A consolidação completa da epífise esternal da clavícula, segundo o modelo France Casting, corresponde à fase CVI, e pode ser observada com confiabilidade em indivíduos do sexo masculino a partir dos 20 anos completos.
- 73.** A análise histológica pode ser utilizada na distinção entre fratura *ante mortem* e *pós mortem* com base na presença de infiltrado inflamatório e processo de remodelação óssea.
- 74.** A análise de elementos-traço em ossos humanos, como estrôncio e chumbo, pode fornecer informações sobre mobilidade geográfica e exposição ambiental durante a vida.
- 75.** A ausência de canal nutrício e presença de trabeculações grosseiras no osso compacto são características típicas de material ósseo humano.
- 76.** Fraturas secas e com coloração distinta da superfície óssea indicam maior probabilidade de ocorrência perimortal.
- 77.** No contexto forense, o padrão Daubert permite que o juiz avalie a admissibilidade da prova científica com base em critérios objetivos como testabilidade do método, revisão por pares, taxa de erro conhecida e aceitação na comunidade científica.
- 78.** A atuação de equipes de antropologia forense no Brasil remonta ao início do século XX, com a fundação da Associação Brasileira de Antropologia Forense (ABRAF) em 1939, por Arídio Fernando Martins.
- 79.** Apesar da criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas pela Lei nº 13.812/2019, sua efetividade é limitada pela ausência de integração com sistemas biométricos e genéticos, pois a legislação proíbe o cruzamento desses dados em respeito ao princípio da autodeterminação informativa.
-

- 80.** A tipologia dos desaparecimentos contempla três categorias: voluntário, involuntário e forçado. No caso de desaparecimentos forçados, a responsabilização estatal depende da demonstração de que a privação de liberdade ocorreu com conhecimento ou tolerância de agentes públicos, mesmo que executada por particulares.
- 81.** A ausência de fusão da epífise proximal do úmero é compatível com um indivíduo ainda em processo de crescimento, e pode ser utilizada como marcador de idade esquelética inferior a 20 anos.
- 82.** A análise da sutura coronal em adultos permite inferir com precisão a idade esquelética, visto que sua sinostose ocorre antes dos 30 anos, tornando-se um marcador confiável de maturação craniana.
- 83.** A identificação de marcações lineares paralelas nos ossos longos de uma ossada humana deve ser interpretada exclusivamente como resultado de ação animal, como roedura por carnívoros ou roedores.
- 84.** Em um local de crime com ossadas, a ausência de tecidos moles e a presença de esqueletização total não excluem a possibilidade de identificação por DNA.
- 85.** A definição do grid topográfico durante a escavação de ossadas humanas em campo forense tem função meramente organizacional e pode ser dispensada em contextos onde o solo já está completamente exposto.
- 86.** A posição anatômica invertida de segmentos do esqueleto, como crânio localizado inferiormente ao fêmur, pode indicar interferência pós-deposicional ou reaproveitamento de cova.
- 87.** A presença de fraturas múltiplas nas costelas com padrão de localização semelhante pode indicar morte por compressão torácica.
- 88.** Por serem classificados como ossos laminares, os ossos do crânio apresentam arquitetura estrutural espessa, com trabeculação densa e compacta, o que os torna mais suscetíveis ao padrão de fratura em asa de borboleta quando submetidos a ação contundente.
- 89.** Durante um impacto contundente de média energia sobre um osso longo, a flexão gera zonas simultâneas de compressão e tensão, com o tecido ósseo entrando inicialmente na fase plástica do Módulo de Young; caso a força continue a ser aplicada, a estrutura pode atingir o ponto de fratura, formando lesões típicas como fraturas em asa de borboleta.
- 90.** A identificação de fraturas em arcos costais inferiores, fraturas de corpo vertebral ou de falanges plantares em vítimas sob custódia estatal pode, conforme os protocolos de Minnesota e de Istambul, constituir indício de tortura, sendo a análise forense dessas lesões fundamental para a proteção dos direitos humanos.
- 91.** As fórmulas de regressão para estatura propostas por Trotter e Gleser podem ser aplicadas em populações sul-americanas sem restrições.
- 92.** A morfologia da margem supraorbital e da glabella é altamente influenciada pelo sexo biológico, sendo útil para estimativa sexual em crânios completos.
-

93. A classificação de ancestralidade por meio do software Fordisc pode apresentar limitações quando aplicada a indivíduos brasileiros, uma vez que sua base de dados não contempla populações locais, ao passo que o AncesTrees, desenvolvido posteriormente, propõe uma alternativa mais recente baseada em aprendizado de máquina e medidas cranianas.

94. Em contextos de genocídio, como o massacre no Ruanda, a análise forense tende a encontrar sinais de trauma, alguma mistura de elementos esqueléticos e a representação de apenas uma parcela demográfica do grupo afetado, o que facilita a inferência da motivação política ou étnica por trás do evento.

95. Na reassociação antropológica, articulações que apresentam maior mobilidade em vida, como o ombro e o tornozelo, são consideradas de alta confiabilidade para emparelhamento esquelético, pois sua estrutura complexa favorece o encaixe ósseo póstumo.

96. Em contextos forenses com remanescentes fragmentados, o NMPI (Número Mais Provável de Indivíduos) tende a superestimar o número real de indivíduos, por se basear apenas no elemento mais abundante, sem considerar a possibilidade de emparelhamentos anatômicos.

97. Durante uma escavação arqueológica em um contexto de vala comum recente, foram recuperados: 7 fêmures esquerdos, 6 fêmures direitos, 4 pares de fêmures (em que foi possível realizar o emparelhamento entre esquerdo e direito com segurança).

Com base nesses dados e utilizando a fórmula do NMPI, é correto afirmar que o número mais provável de indivíduos representados é 8.

98. O sistema Alethia, utilizado pela Polícia Federal em desastres como o de Brumadinho, permite a coleta e o confronto quase simultâneo de dados *post mortem* e *ante mortem*, conferindo agilidade ao processo de identificação, mesmo na ausência de integridade completa dos restos mortais.

99. O método odontológico de identificação de vítimas de desastres se destaca pela confiabilidade mesmo diante de condições ambientais extremas, já que os dentes e estruturas associadas apresentam alta resistência à destruição térmica e mecânica.

100. No contexto de identificação de vítimas de desastres (DVI), a atuação das equipes deve seguir quatro fases sistemáticas e coordenadas, as quais incluem desde a recuperação dos corpos até a reconciliação dos dados. A fase de confronto (fase 4) é responsável por cruzar as informações obtidas nas fases ante mortem e post mortem, sendo esta a única etapa capaz de fornecer a identificação inequívoca das vítimas.

101. O Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID) surgiu em 2017 com o objetivo de nacionalizar o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID), ampliando sua atuação para integrar dados de diferentes fontes e permitir a identificação de pessoas desaparecidas e cadáveres não identificados, por meio da articulação entre diferentes instituições, incluindo o uso de dados biométricos fornecidos pelo TSE.

102. A Lei nº 13.812/2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, define como pessoa desaparecida aquela cujo paradeiro é desconhecido, exigindo-se que os dados de identificação sejam confirmados por vias físicas ou científicas.

103. No Brasil, o desaparecimento involuntário ocorre quando um indivíduo é afastado do seu cotidiano com o seu próprio consentimento, mas sem que tenha comunicado previamente a terceiros, o que o diferencia do desaparecimento forçado.

104. Em análises antropológicas, especialmente em casos com restos fragmentados ou subadultos, a diferenciação entre a cabeça do fêmur e do úmero pode ser realizada pela identificação de características morfológicas específicas. A cabeça do fêmur tende a ser menos esférica que a do úmero e exibe os tubérculos maior e menor como estruturas salientes além da margem articular.

105. A presença de zona de tatuagem ao redor do orifício de entrada de projétil, caracterizada por pequenos pontos pigmentados na pele da vítima, é indicativa de tiro encostado, já que nesse tipo de disparo os resíduos gasosos e a pólvora não combusta atingem diretamente o alvo com alta temperatura, gerando a impregnação de fuligem.

106. O sinal de Benassi corresponde a uma área enegrecida na tábua óssea interna da calvária, frequentemente observada em ferimentos por tiro de arma de fogo encostado na região craniana, sendo resultado da impregnação de resíduos da pólvora e da ação térmica dos gases do disparo que atingem o osso diretamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 2

Lígia Carvalheiro

107. A área denominada “preparação” é a principal área do laboratório de Antropologia Forense dedicada à manipulação inicial de materiais biológicos, como restos humanos, e onde são

realizados os primeiros exames visuais e preparatórios.

108. No contexto da segurança em um laboratório de Antropologia Forense, a classe de risco biológico 2 é a de “risco moderado para o indivíduo e risco limitado para a comunidade”.

109. O uso de uma escala fotomacrográfica que possua círculos e cores ao fotografar remanescentes ósseos em um laboratório de Antropologia Forense se justifica por garantir a precisão da imagem e corrigir distorções em ângulos oblíquos.

110. Considerando as áreas do laboratório de Antropologia Forense, o local de “preparação” precisa ser separado do local de exame principal e pode ainda ser subdividido em área úmida e área semi úmida.

111. Sobre o exame dos remanescentes ósseos no laboratório de Antropologia Forense, é crucial que todo o processo de análise seja rigorosamente documentado, bem como haja um nível adequado de redundância.

112. Um laboratório de Antropologia Forense opera com uma vasta gama de informações e materiais que exigem um gerenciamento meticuloso, dadas as considerações éticas e legais inerentes ao trabalho. Para tal, no manejo de remanescentes humanos, a curadoria deve protegê-los dos dez agentes de deterioração, dentre eles, roubo e fogo.

113. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de eventos adversos, exceto crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir da sua coleta até o descarte.

- 114.** São 6 às etapas da cadeia de custódia no contexto da Antropologia Forense: reconhecimento, fixação, acondicionamento, recebimento, processamento e descarte.
- 115.** A etapa da cadeia de custódia denominada “fixação” é **descrição detalhada** do vestígio exatamente como ele foi encontrado no local do crime ou no corpo da vítima, incluindo sua posição.
- 116.** A etapa da cadeia de custódia denominada “coleta” consiste em embalar cada vestígio individualmente, respeitando às características físicas, químicas e biológicas do material.
- 117.** A etapa da cadeia de custódia denominada “transporte” consiste na transferência do vestígio de um local para outro, geralmente, do local do fato, para o local de posterior análise.
- 118.** No contexto da cadeia de custódia, durante a etapa de fixação, o registro fotográfico é uma das ações importantes para documentar o vestígio. Adicionalmente, pode-se utilizar mapas, descrições, esboços, croquis ou qualquer outro recurso que fidelize a cena.
- 119.** No contexto da Antropologia Forense e Direitos Humanos, diversas definições são relevantes, como é o caso do termo “execução extrajudicial” que consiste em qualquer ato que cause **dor ou sofrimento severos, físicos ou mentais, intencionalmente infligidos a uma pessoa.**
- 120.** Os Estados podem ser responsabilizados por interferir nos direitos relacionados aos mortos, conforme previsto na legislação de direitos humanos. Isso inclui o desrespeito ao direito à vida, proteção da dignidade humana, direito à vida privada e familiar, dentre outros.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
